

CONGRESSO

Oposição chama denúncia contra Bolsonaro de “peça de ficção” e defende projeto para livrar os golpistas do 8/1. Em resposta, governistas ressaltam a gravidade das acusações contra o ex-chefe do Executivo e pedem que não haja perdão para extremistas

PL da Anistia vira cabo de guerra

» ISRAEL MEDEIROS
» VANILSON OLIVEIRA

A principal pauta do mundo político, ontem, foi a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e mais 33 pessoas por tentativa de golpe de Estado.

Do presidente da República aos congressistas de oposição e de situação, as declarações giraram em torno de uma possível condenação e prisão do ex-chefe do Executivo.

Ao longo do dia, o plenário da Câmara foi tomado por gritos de ordem e por discussões acaloradas entre deputados de oposição e governistas.

Do lado da oposição, a denúncia da PGR foi classificada como uma “peça de ficção”. Políticos aliados a Bolsonaro criticaram as provas citadas na denúncia e disseram que as alegações são fracas.

Alguns dos principais nomes do bolsonarismo no Congresso leram, no Salão Verde da Câmara, um manifesto, segurando placas que diziam “Anistia já!” e “Perseguição política”.

“A denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o nosso presidente Jair Bolsonaro pela suposta tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes alegados, mas jamais comprovados, representa mais um degrau nessa escalada criminoso contra a liberdade dos brasileiros. (...) Trata-se de uma série de acusações desprovidas de evidências concretas que sustentem as graves acusações imputadas. Uma verdadeira peça de ficção”, diz um trecho do manifesto lido pelo deputado Coronel Zucco (PL-RS), líder da oposição na Câmara.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), também esteve presente

e defendeu o PL da Anistia, que tramita na Câmara. Assim como tem feito Bolsonaro, ele pediu penas mais leves aos golpistas do 8 de Janeiro. “Não somos favoráveis à depredação, ao vandalismo de prédios públicos. Acharmos que quem fez, e foi provado através da individualização das culpas, deve ser responsabilizado. Mas não com 17 anos, 15 anos, 14 anos.”

Reação

Do lado dos governistas, o tom foi completamente diferente. Pouco depois do pronunciamento da oposição, os deputados alinhados ao presidente Lula apareceram com cartazes, com a frase “sem anistia” e charges satirizando Bolsonaro, para fazer um pronunciamento no mesmo local.

Estiveram presentes o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ); a presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PR) e outros deputados do PT, PSB, PSol e PCdoB. “Ninguém aqui está comemorando, festejando porque o ex-presidente foi denunciado, vai ser julgado e vai ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal. (...) Os fatos aqui são gravíssimos. Esta é uma das páginas mais tristes da história deste país”, enfatizou Lindbergh Farias.

Já Gleisi Hoffmann ressaltou que Bolsonaro sabia que só derrotaria Lula derrotando também o processo eleitoral e o Estado Democrático de Direito. “É estarrecedor saber também em detalhes que Bolsonaro foi consultado sobre o plano para assassinar o presidente Lula. Para assassinar Alckmin, para assassinar Alexandre de Moraes. E anuiu com isso. Está lá na denúncia. Nós estamos diante de um fato muito grave contra a democracia”, acrescentou.

Lula Marques/Agência Brasil



Vanilson Oliveira/CB/D.A Press



Governistas levaram cartazes contra anistia ao 8/1, em resposta à oposição que defendeu o perdão aos golpistas

Lula

No Palácio do Planalto, Lula foi comedido ao comentar o assunto. “O que eu posso dizer é que, neste país, no tempo em que eu governo o Brasil, todas as pessoas têm direito à presunção de inocência. Se provarem

que não tentaram dar golpe e que não tentaram matar o presidente, o vice e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ficarão livres e serão cidadãos que poderão transitar pelo Brasil inteiro”, respondeu, ao ser questionado por jornalistas. Segundo Lula, “se na hora

que os juízes forem julgar, chegarem à conclusão que são culpados, eles terão que pagar pelo erro que cometeram”. “O processo vai para a Suprema Corte, e eles terão todo o direito de se defender. Não posso comentar mais nada do que isso.” (Colaborou Victor Correia)

» Entrevista | BIA KICIS | DEPUTADA FEDERAL (PL-DF)

“É um caso típico de perseguição política”

» VITÓRIA TORRES*

A deputada federal Bia Kicis (PL-DF) sustentou que a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado não tem “o menor fundamento jurídico”. “É um caso típico de perseguição política”, enfatizou, em entrevista aos jornalistas Carlos

Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. A parlamentar também disse que seguirá defendendo o voto impresso e trabalhará pela aprovação do projeto da anistia aos golpistas do 8 de Janeiro.

O que o PL fará ante a denúncia contra Bolsonaro?

Essa denúncia não tem o menor fundamento jurídico. Não temos mais o ordenamento jurídico, temos perseguição política. Vários juristas, analisando essa denúncia, falaram de uma forma delicada que a denúncia é frágil. Frágil é quase um elogio. Submeteram essa denúncia a um ChatGPT. E a inteligência artificial foi analisar, e está aqui que tem falhas processuais, como excesso de discurso e falta de objetividade. Denúncia que apresenta a narrativa excessivamente discursiva e prolixa, misturando o relato de fatos com comentários opinativos. A falta de individualização e inclusão de réus sem foro podem levar à rejeição, Art. 395 do Código Penal. Erros doutrinários, como tipificação de crime armado sem prova, podem gerar desclassificação ou absolvição. Prescrição e tempo, risco de extinção para os atos de 2021 e violação da duração razoável do processo. A recomendação é emendar a denúncia, individualizar as condutas, analisar a prescrição e fundamentar a competência, sob pena de nulidade. Então, estamos falando de algo realmente muito grave.

A senhora concorda com essas observações?

Claro que sim, e tem muito mais. Até o ex-juiz Samer Agi colocou o seguinte: ‘Eu me recuso a olhar esse processo que, como juiz, aprendi a analisar com as lentes da Constituição. E, nesse caso, a Constituição está sendo violada’. Então, você já sabe o final desse processo, o que vai acontecer no julgamento, antes mesmo de a denúncia ser apresentada. É um caso típico de perseguição política. Não há uma linha escrita pelo presidente, nada dito pelo presidente, um áudio ou um vídeo. São conjecturas.

Por que a denúncia não se sustenta?

Com relação a esse punhal verde e amarelo, eu desconheço completamente. A gente ouviu falar nessa história de força especial que não conseguiu executar o plano para matar ou sequestrar o ministro Alexandre de Moraes. Desculpa, isso é tão ridículo que não dá nem para debater. E o pior é que o procurador-geral colocou essa história na denúncia. Está todo mundo rindo e debochando, porque, sinceramente, não dá para levar isso a sério. Se havia alguma ordem, e o presidente sabia do plano, então, no

mínimo, ele mandou parar, porque o plano não foi levado adiante. Óbvio que o presidente não estaria de acordo, mas eu duvido que ele soubesse.

E sobre as críticas feitas pelo ex-presidente ao sistema eleitoral?

Em relação à questão das urnas, eu fui autora da proposta de emenda à Constituição (PEC) do voto impresso e sustentei oralmente no Supremo. Questionar o sistema eleitoral não é crime. E Bolsonaro, como líder da nação, se ele duvidasse de alguma coisa, ele teria obrigação de mandar fiscalizar. Qual é o problema de ele questionar? Na Venezuela, conseguiram provar a fraude porque tem voto impresso. O sistema é melhor do que o nosso. É eletrônico, com urna eletrônica, mas tem o voto impresso. Aqui, se a gente quiser apresentar os votos, não tem como. Você não tem o voto a voto, só tem o resultado final. A gente só precisava da impressão do voto. Agora não pode falar isso? Eu devo estar cometendo um crime aqui, pois eu estou falando que a gente precisa melhorar o nosso sistema eleitoral. Isso virou crime no Brasil.

Guilherme Félix CB/DA Press



Mauro Cid delatou que entregou US\$ 86 mil a Bolsonaro de venda de joias. O que pensa sobre essa declaração?

Primeiro que as joias nem fazem parte dessa denúncia. Os casos devem ser tratados separadamente. Segundo, que as joias eram do presidente, não tinha lei prevendo o contrário, se ele quisesse vender ou não. Você pode achar de mau tom e não concordar. E daí? Tudo o que o Lula recebeu, o Tribunal de Contas da União (TCU) falou que é dele. Relógios caríssimos, trono real, ninguém discute isso. Não teve crime nenhum com a história das joias.

Como avalia a delação de Cid?

Em relação ao Cid, todo mundo sabe que ele foi forçado a fazer a delação. Ele falava uma coisa, depois ele dizia ‘não, eu não disse isso, eu nunca falei em golpe’. Ele voltou atrás várias vezes, e só agora essa delação está sendo publicada.

O PL vai retomar esse tema do voto impresso?

Sim, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça

e de Cidadania (CCJ). A CCJ está cometendo crime? Os parlamentares todos que aprovaram, também? A gente quer mais transparência para o sistema. Desde quando querer transparência é crime? Quem não está querendo a transparência é que tem algo a esconder. O projeto da anistia é uma pauta supernecessária. Nós iremos, sim, aprovar. Eu não tenho a menor dúvida. Já temos a maioria.

A senhora disse que o presidente da Câmara, Hugo Motta, ficou muito sensibilizado com a história da mãe, que teve, inclusive, o salário suspenso por decisão judicial, devido ao marido ser preso no atentado golpista no 8 de Janeiro. Como fica?

Chamar de decisão judicial é um pouco complicado. É uma ordem do ministro Alexandre de Moraes.

Como Motta vai proceder em relação a esse processo?

Ele falou publicamente que o 8 de Janeiro não foi nenhuma tentativa de golpe. Então, isso já dá um alento, saber que o

Alcolumbre freia projeto

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse, ontem, que o PL da Anistia aos golpistas do 8 de Janeiro não é um assunto dos brasileiros.

Na avaliação de Alcolumbre, a pauta, uma das prioridades da oposição liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), divide a sociedade e prejudica o debate político no país.

“Esse não é um assunto que nós estamos debatendo. Quando a gente fala desse assunto a todo instante, a gente está dando de novo a oportunidade de nós ficarmos, na nossa sociedade, dividindo. (É) um assunto que não é o assunto dos brasileiros”, enfatizou, a jornalistas.

O parlamentar também disse ser fundamental separar questões políticas das jurídicas, referindo-se à denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Bolsonaro e mais 33 aliados. Segundo ele, politizar a investigação pode prejudicar a estabilidade do país.

Na avaliação de Alcolumbre, o tema deve ser tratado exclusivamente pelo Judiciário e pelo Ministério Público Federal, sem interferências políticas ou tentativas de transformar a investigação em um embate partidário.

Ele destacou, porém, que o ex-presidente tenha direito ao contraditório e à ampla defesa. “O que acontece no Brasil é o que a gente já contou vários episódios em relação a casos concretos, onde as pessoas foram execradas, denunciadas, condenadas e depois tiveram a sua inocência comprovada. Isso cabe ao Judiciário. O que cabe a mim, como senador da República, presidente do Senado e chefe de um Poder é não politizar mais uma questão jurídica”, sustentou. (IM e VO)

presidente da Casa é uma pessoa ponderada. Não é uma pessoa que se deixa levar por narrativas. A pessoa que é contra essa anistia não tem cabeça ou não tem coração. E o que mais a gente se espanta é que essas pessoas que ficam gritando ‘sem anistia’, são pessoas ligadas a anistiados políticos. Acredito que a maioria do povo brasileiro tem coração, são pessoas boas e misericordiosas, que não acreditam nessa história de golpe. Já tem pesquisa falando que a grande maioria do povo brasileiro não acredita nessa história de golpe. Eu acredito que sim, o projeto vai passar, porque a Câmara é um reflexo da sociedade. A população quer muito essa anistia.

Bolsonaro disse que o plano A, B e C do PL é ele. Como fica a candidatura diante dessa denúncia?

Acho que a denúncia não muda isso. Só mudaria se houvesse a condenação a tempo de impedir que ele fosse candidato. Vejo gente comentando que tem que tentar outro candidato, mas, na minha opinião, você começa a cogitar outro candidato é participar desse circo armado. O que está acontecendo no Brasil é uma tentativa de tirar o candidato mais legítimo que tem, que é Bolsonaro, o mais amado pela população. As pesquisas mostram que ele está à frente do Lula para presidente. Ele nunca cometeu crime nenhum, não tem condenação nenhuma. Enquanto houver a possibilidade de ele ser candidato, será o nosso candidato.

Por que, então, ele está ineligível?

Mas pode se reverter. Estamos trabalhando para reverter isso. Vamos acreditar até o fim.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa